

economia

Brasil: reformas já

Walter Chaves Marim*

Em sua caminhada no campo financeiro o Brasil chegou, hoje, para tentar ampliar o ingresso de dólar, diante de uma encruzilhada caso não construa uma via opcional: uma desvalorização cambial que, por sua vez, pode gerar consequências financeiras imprevisíveis em nossa economia; ou tentar, por mais algum tempo, manter esta situação através da política de juros altos, esperando que a situação financeira externa se reverta muito em breve.

Estas duas estradas estão perigosíssimas e resta ao País, agora, uma única alternativa: construir outra via de acesso para podermos alcançar, o mais rápido possível, a economia do crescimento e da prosperidade.

É bom destacar que a terceira via que o Brasil deverá construir agora e rapidamente é devido a possibilidade de continuidade da crise e a nossa economia ter se tornado, a partir do ano passado, muito mais vulnerável a ela.

É bom ressaltar, também, que esta crise internacional é financeira e que o Japão é o epicentro dela. Assim, enquanto o Japão não resolver sua situação onde o seu sistema bancário encontra-se bastante vulnerável devido ao expressivo volume de "crédito podre", chegando a US\$ 1 trilhão, a situação de incerteza no mundo financeiro prevalece. Internamente, o governo japonês enfrenta dificuldades políticas para resolver sua questão bancária e, enquanto isso, o capital especulativo permanece à procura de porto seguro e, não deixando de contaminar, também, o capital produtivo - os investimentos que poderão ser deslocados para os países emergentes direcionados para o setor produtivo.

Por que o Brasil tornou-se tão

vulnerável sendo que, comparativamente aos Estados Unidos, enquanto nossa dívida interna alcança 35% do PIB, a norte-americana gira em torno de 80% e o déficit no balanço comercial americano é significativamente maior do que o nosso?

É evidente que não tem sentido a comparação do déficit no balanço comercial com o do norte-americano: enquanto que o nosso déficit no balanço comercial corresponde a mais ou menos 20% do déficit do balanço de transações correntes, os norte-americanos apresentam um significativo superávit na movimentação de invisíveis, isto é, serviços.

Já com relação à dívida interna norte-americana, ela é financiada pelo mundo, com elevado grau de confiabilidade, apesar de seu volume significativo, pois a sua economia gera fluxo de produção que gira em torno de 20% do PIB da Terra. Em decorrência, apesar da economia globalizada, os Estados Unidos têm uma elevada capacidade de mando e controle da economia mundial.

O Brasil, devido a sua pouco expressiva condição econômica mundial, está evidentemente condicionado às regras de estabilidade exigidas pelos especuladores internacionais.

E agora, o que deverá ser feito para a construção da terceira via para o Brasil lançar as bases de uma nova etapa de desenvolvimento econômico?

O Brasil é forçado, então, a implementar com urgência e ousadia as reformas estruturais: previdência, trabalhista, fiscal tributária, administrativa, e acelerar as



privatizações.

É bom reforçar que o Brasil tem no momento, apesar da crise, condições políticas e econômicas muito mais favoráveis para acelerar o seu processo de desenvolvimento. Uma das condições mais favoráveis nós já temos que é a estabilidade da moeda. Assim, o desafio que precisamos superar não está no sistema de preços, mas na criação de condições favoráveis para ampliação dos investimentos, da produção, do emprego e na conquista de novos mercados externos e, ampliar, evidentemente, o mercado interno.

O Brasil tem hoje, apesar do novo cenário global, condições políticas de, através das reformas, construir as bases de um novo modelo de desenvolvimento, favorecendo a expansão do mercado interno, mais forte penetração no mercado externo e a redução da dependência financeira externa.

Estas reformas que serão implementadas e completadas devem disciplinar a ação dos municípios, estados e da própria união.

As diferentes unidades da federação deverão, para superar as dificuldades de caixa, adequar suas despesas com pessoal aos limites constitucionais em vigor, fazer cortes violentos em seus gastos.

Assim, o crescimento da economia, o mais rápido possível, torna-se indispensável para absorver o enxugamento do corte dos gastos promovidos pelo setor público.

Com as reformas o Brasil poderá se preparar para crescer o mais rapidamente possível. E para iniciar este processo de crescimento econômico é necessário reverter as

expectativas dos investidores externos e reduzir a taxa de juros. Estas reformas devem, além de reduzir o déficit público, construir as bases de um processo de crescimento econômico com mais justiça social e contribuir para a chamada redução do Custo Brasil, proporcionando uma elevação do nível de produtividade e de competitividade de nossos produtos. Assim, com a política de minidesvalorizações praticadas até o momento, justamente com a ampliação da banda cambial e a redução do Custo Brasil, o Brasil deverá eliminar a valorização cambial do real, estimular nossas exportações, reduzir a taxa de juros, estimular investimentos internos e garantir o grau de competitividade interna da economia através das importações e assegurar a estabilidade do real.

Estas reformas devem ter como objetivo básico a eliminação das distorções construídas ao longo do tempo no aparato estatal com consequente geração de desequilibrios na economia e, ao mesmo tempo, criar as bases para a construção de uma sociedade com mais justiça social e igualdade econômica, trazendo uma redução no grau de concentração de renda, das desigualdades regionais, do desemprego, dos excluídos e do maior mal de nossa sociedade que é a pobreza.

O Brasil precisa, urgentemente, de uma elevada taxa de crescimento econômico com mais justiça social e este é, politicamente, o momento oportuno para a construção das bases de nossa grande arrancada desenvolvimentista em direção ao novo milênio.

*Economista com mestrado pela FGV e curso de doutorado pela USP. É professor da Universidade Salgado de Oliveira - Universo.